

Demonstrações Contábeis

**ETES – Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.**

31 de dezembro de 2019

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 7 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 107.888 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
		33.537	45.651
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.220	25.507
Investimentos de curto prazo	5	14.453	-
Concessionárias e permissionárias	6	1.550	1.512
Ativo contratual de concessão	7	13.239	17.240
Outros ativos		3.075	1.392
NÃO CIRCULANTE			
		95.149	125.270
Concessionárias e permissionárias	6	79	120
Ativo contratual de concessão	7	94.649	124.818
Depósitos judiciais		182	173
Direito de uso sobre arrendamento		239	159
TOTAL DO ATIVO		128.686	170.921
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		25.077	18.786
Debêntures	8	7.967	7.981
Arrendamentos a pagar	13.3	21	-
Fornecedores		39	48
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	1.568	2.065
Partes relacionadas - Dividendos	13.2	12.736	7.059
Encargos regulatórios		953	896
Outros passivos		1.793	737
NÃO CIRCULANTE			
		49.662	64.593
Debêntures	8	19.879	27.831
Arrendamentos a pagar	13.3	59	-
Provisão para contingências		173	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	16.868	20.739
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	11.601	15.291
Outros passivos		1.082	722
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		53.947	87.542
Capital social	12.1	33.532	29.064
Reservas de lucros		20.415	58.478
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.686	170.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	(16.279)	14.188
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(1.927)	(1.675)
		<u>(1.927)</u>	<u>(1.675)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(18.206)	12.513
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(609)	(569)
Depreciação		(1)	(1)
Pessoal		(577)	(673)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(473)	(218)
		<u>(1.660)</u>	<u>(1.461)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(19.866)	11.052
Despesas financeiras	16	(2.330)	(1.292)
Receitas financeiras	16	1.001	867
		<u>(1.329)</u>	<u>(425)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(21.195)	10.627
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(594)	(683)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 17	3.871	(1.291)
		<u>3.277</u>	<u>(1.974)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(17.918)	8.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(17.918)	8.653
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(17.918)	8.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros						Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		29.064	2.781	2.831	4.664	-	25.129	-	90.611
Ajuste da adoção inicial do CPC 47, líquido de impostos		-	-	-	-	26.142	-	-	26.142
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	8.653	8.653
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	433	-	-	-	-	(433)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	4.938	(4.938)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	1.637	-	-	-	(1.637)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(1.645)	(1.645)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(4.664)	-	-	-	(4.664)
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	-	-	-	-	(5.413)	-	(5.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		29.064	3.214	4.468	-	26.142	24.654	-	87.542
Aumento de Capital	12.1	4.468	-	(4.468)	-	-	-	-	-
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	(15.677)	-	(15.677)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(17.918)	(17.918)
Destinação do lucro líquido:									
Reserva de incentivos fiscais		-	-	1.550	-	-	-	(1.550)	-
Absorção do prejuízo líquido		-	-	-	-	-	(19.468)	19.468	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		33.532	3.214	1.550	-	26.142	(10.491)	-	53.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(21.195)	10.627
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	2.209	1.236
Receita de aplicações financeiras	(607)	(25)
Depreciação e amortização	22	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(30)
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	53
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(4.186)	-
	(23.757)	11.861
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	3	-
Ativo contratual de concessão	34.170	(813)
Outros ativos	(1.730)	(514)
	32.443	(1.327)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(9)	(23)
Provisão para contingências	163	-
Encargos regulatórios	16	15
Tributos e contribuições sociais a recolher	701	99
Outros passivos	812	339
	1.683	430
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(654)	(502)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.715	10.462
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	3.813	2.200
Investimentos de curto prazo	(17.659)	-
Aplicações no imobilizado	(3)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(13.849)	2.200
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(12.000)
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(27)	39.758
Pagamentos de dividendos - partes relacionadas	-	(12.418)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(10.000)	(1.126)
Pagamento de juros do financiamento	(2.126)	-
Amortização de principal do financiamento	(8.000)	(4.000)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(20.153)	10.214
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(24.287)	22.876
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	25.507	2.631
Saldo no final do exercício	1.220	25.507
(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(24.287)	22.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 15.177	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços, considerando margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, conseqüentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia em 2019 foi negativo em R\$ 21.794.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Concessionárias e permissionárias” e Caixa são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3. Passivos financeiros

A Companhia classifica, para fins de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, fornecedores e debêntures como passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio; e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7. Tributação

3.7.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2019, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução 427/2018 do Ministério de Integração Nacional, a Companhia possui direito a fruição do novo benefício a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.8. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.8.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.8.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.9. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

i) Políticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2) para os contratos de arrendamento, aluguel, entre outros, vigentes nesta data, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os contratos já existentes na data de adoção da norma e para os novos contratos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

ii) Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

A taxa média ponderada aplicada foi de 9,26% a.a..

A Companhia registrou R\$ 84 de contratos de arrendamentos no reconhecimento inicial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 21 de depreciação e R\$ 8 de juros destes arrendamentos.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Não há efeito material nas demonstrações contábeis com a adoção deste ICPC.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Alterações ao CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	969	938
Aplicações financeiras	251	24.569
	<u>1.220</u>	<u>25.507</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (98,21% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2019
<u>Investimentos de curto prazo</u>	
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	14.453
	<u>14.453</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos exclusivo do Grupo Alupar possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	1.550	1.512
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	79	120
	<u>1.629</u>	<u>1.632</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação da linha de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Movimentação de contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Ativo financeiro	90.373
Adoção CPC 47	52.782
Receita de operação e manutenção (nota 14)	3.172
(-) Parcela variável	(112)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	13.066
Recebimentos	(17.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Ativo contratual	142.058
Receita de operação e manutenção (nota 14)	(237)
(-) Parcela variável	(43)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	(31.244)
Receita de infra-estrutura (nota 14)	13.626
Recebimentos	(16.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	107.888
Ativo contratual da concessão - circulante	13.239
Ativo contratual da concessão - não-circulante	94.649
	107.888

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures

a. O saldo de debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2019	31/12/2018	Principal	Custo a amortizar	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco BBIS.A	26/06/2023	112% a.a da taxa DI	16	8.000	(49)	7.967	7.981	20.000	(121)	19.879	27.831
			16	8.000	(49)	7.967	7.981	20.000	(121)	19.879	27.831

Em 26 de junho de 2018 a Companhia realizou a 1ª emissão de 40.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 40.000, cuja a efetiva data de liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debentures terão prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, o valor será amortizado em parcelas mensais e consecutivas.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que inclui a manutenção da dívida líquida em montante inferior à R\$ 38.102. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas às debêntures e encargos de dívidas têm os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	Total
Banco Bradesco BBI S.A	7.967	7.950	7.950	3.979	27.846
	7.967	7.950	7.950	3.979	27.846

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

c. As movimentações de debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2017					31/12/2018
Debêntures						
Banco Bradesco BBI S.A	-	39.758	1.180	(4.000)	(1.126)	35.812
	-	39.758	1.180	(4.000)	(1.126)	35.812

Moeda nacional	Saldo inicial	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2018					31/12/2019
Debêntures						
Banco Bradesco BBI S.A	35.812	2.111	49	(8.000)	(2.126)	27.846
	35.812	2.111	49	(8.000)	(2.126)	27.846

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	49.611	49.611	40.558	40.558
Imposto diferido - base de cálculo (1)	49.611	49.611	27.039	40.558
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	-	-	13.519	-
Alíquota aplicada (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota aplicada (1)	12.403	4.465	6.760	3.650
Total tributo alíquota incentivada	-	-	845	-
Total IRPJ e CSLL diferido	12.403	4.465	7.605	3.650
Adoção CPC 47				
Total IR e CS alíquota aplicada		16.868		10.410
Total IR e CS alíquota incentivada		-		845
		16.868		20.739

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

Lucro Real							
Dezembro	Adoção CPC 47 -	Adoção CPC 47 -	Movimentação no	Dezembro	Movimentação no	Dezembro	
2017	Patrimônio líquido	resultado	resultado	2018	resultado	2019	
Imposto de renda diferido	6.751	6.146	96	853	13.846	(1.443)	12.403
Contribuição social diferida	3.359	3.192	50	292	6.893	(2.428)	4.465
	10.110	9.338	146	1.145	20.739	(3.871)	16.868

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	1.568	2.065
Pis Diferido	211	279
Cofins Diferido	973	1.281
Reserva Global de Reversão - RGR	333	438
Taxa de fiscalização ANEEL	51	67
Passivo não circulante	11.601	15.291
Pis Diferido	1.563	2.060
Cofins Diferido	7.197	9.486
Reserva Global de Reversão - RGR	2.462	3.245
Taxa de fiscalização ANEEL	379	500
	13.169	17.356

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece em seus registros contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 33.532 composto por 29.064.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 29.064 composto por 29.064.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018).

Em 10 de dezembro de 2019 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão da reserva de incentivos fiscais em R\$ 4.468 (sem emissão de novas ações ordinárias nominativas), passando o mesmo de R\$ 29.064 para R\$ 33.532.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>		
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	-
Total das ações	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>

12.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Destinação do resultado	31/12/2019	31/12/2018
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(17.918)	8.653
Constituição de reserva legal (5%)	-	(433)
Subtotal	(17.918)	8.220
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(1.645)
Reserva de lucros	-	(4.938)
Reserva de incentivos fiscais	(1.550)	(1.637)
Absorção do prejuízo líquido	19.468	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

13. Partes relacionadas

13.1. Remuneração da alta Administração

A remuneração da administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi de R\$ 473 e R\$ 215, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

13.2. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados nos exercícios de 2011, 2012, 2015, 2018 e dividendos adicionais deliberados em 2019, totalizando R\$ 12.736 (R\$7.059 em 31 de dezembro de 2018).

13.3. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 80.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	(17.898)	16.126
Deduções da receita operacional	1.619	(1.938)
Programa de Integração Social - PIS	218	(235)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.007	(1.082)
Quota para reserva global de reversão - RGR	465	(419)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(114)	(137)
Ministério de minas e energia - MME	(28)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	71	(65)
Receita operacional líquida	(16.279)	14.188

15. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(448)	(466)
Material	(32)	(54)
Serviços de terceiros	(768)	(708)
Aluguéis	(106)	(123)
Seguros	(25)	(25)
Outros tributos e taxas	(39)	(15)
Custo de construção	(464)	(125)
Depreciação e amortização	(21)	-
Outros	(24)	(159)
Total custos dos serviços prestados	(1.927)	(1.675)

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	1.001	867
Receita de aplicações financeiras	997	824
Outros	4	43
Despesas financeiras	(2.330)	(1.292)
Encargos sobre debêntures	(2.160)	(1.180)
Encargos sobre arrendamento	(8)	-
Outros	(162)	(112)
Total líquido	(1.329)	(425)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) societário antes do IR e CS	(21.195)	(21.195)	10.627	10.627
Ativo Financeiro Realizado artigo 69	9.676	9.676	9.211	9.211
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(11.069)	(11.069)	(12.451)	(12.451)
Adoção CPC 47	-	-	(555)	(555)
Ativo contratual CPC 47	28.374	28.374	-	-
(+) Outros	683	319	78	10
Base de cálculo	6.469	6.106	6.910	6.842
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.594)	(550)	(1.704)	(616)
Ajuste de recolhimento a maior de períodos anteriores	-	-	-	-
Total dos tributos correntes ajustado	(1.594)	(550)	(1.704)	(616)
Incentivo fiscal SUDENE	1.550	-	1.637	-
Total dos tributos correntes	(44)	(550)	(67)	(616)
Total dos tributos diferidos (nota 9)	1.443	2.428	(949)	(342)
Despesa total com tributos	1.399	1.878	(1.016)	(958)
Alíquota efetiva	15,46%		18,58%	

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	969	969	938	938		Custo amortizado
Equivalentes de caixa	251	251	24.569	24.569	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	14.453	14.453	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	1.629	1.629	1.632	1.632	-	Custo amortizado
	17.302	17.302	27.139	27.139		
Passivo						
Fornecedores	39	39	48	48	-	Custo amortizado
Debêntures	27.846	27.846	35.812	35.812	-	Custo amortizado
	27.885	27.885	35.860	35.860		

18.3. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

18.4. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18.4.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

18.4.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

18.4.3. Risco de taxas de juros

A Atualização dos contratos de debêntures está vinculada a variação do CDI.

18.4.4. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18.4.5. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

18.4.6. Risco técnico

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

18.5. Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi a CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)		
CDI		4,63%	2,32%	3,47%	5,79%	6,95%		
Banco Bradesco BBI S.A.	CDI	3,60%	27.846	2.338	1.670	2.004	2.672	3.006

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20. Compromissos

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços fornecimento de materiais para a construção do reforço do empreendimento, no valor de R\$ 1.361.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos Patrimoniais	20.514	25	04/07/2020
Responsabilidade Civil	5.000	2	04/07/2020
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2020
Total	<u>75.514</u>	<u>28</u>	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2